

A MOTIVAÇÃO DO SIGNO TOPONÍMICO

Adriano Mendes dos Santos (PG – UAA)*

UNITEREMOS: *Toponímia, Onomástica e Motivação*

A Toponímia, enquanto estudo do nome do lugar, não é qualificada pelos teóricos como um segmento distinto do léxico regional, isto é, não haveria, por assim dizer, denominativos lingüísticos especialmente designados para constituírem o papel de topônimos, a ponto de comporem uma classe gramatical mais ou menos fechada, como ocorre com os nomes próprios de pessoas conforme salienta Dick (1992, p.95) Na realidade, segundo essa autora o topônimo, enquanto fato de linguagem, tem uma formação e uma função idêntica a dos demais vocábulos da língua.

Para (ROSTAIN, 1958, citado por DICK, 1992, p.96) o topônimo é um signo lingüístico (grifo nosso) “constituído de vogais e de consoantes, fonemas articulados pelo aparelho fonador e transmitidos ao cérebro pela audição”.

Assim, a aplicação ou o uso deste signo da língua, em termos das disciplinas onomasiológicas, faz com que se possa incluí-lo, semanticamente, em compartimentações distintas, nas taxinomias toponímicas.

Sob esta ótica, as taxinomias o remetem a amplas ordens de considerações dentro do universo onomástico, isto é, no campo físico ou natural e o sociológico ou antropocultural, cada um com uma seriação compatível com a realidade observável (fitotopônimos, numerotopônimos, antropotopônimos entre outros). Dessa forma a constituição estrutural do signo toponímico comporta manifestações gramaticais que preponderam sobre outras, destacando-se do conjunto nominativo geral.

Para Saussure, o signo lingüístico resulta da união de um conceito com uma imagem acústica: “O que o signo lingüístico une não é uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 1969, p.98). Há uma pressuposição de uma cultura já estabelecida, da qual o signo é ao mesmo tempo, resultado e expressão, produto e instrumento, caracterizando-se como convencional.

Devido à similitude do signo toponímico, agora (STO) com os demais signos do sistema, ele está de acordo com as regras que regem todos os elementos da língua. Segundo atesta Saussure, um signo só adquire valor e significação em oposição aos outros, no interior do sistema lingüístico:

“quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE: 1967, p.198-9)”.

Baseando-se nesse raciocínio, teríamos que considerar o princípio da arbitrariedade postulado por Saussure argumentando que:

“não se deve dar a idéia de que o significante dependa da livre escolha do que fala, pois não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo lingüístico; queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 1967, p.36)

As críticas ao princípio saussuriano da arbitrariedade atestam que o signo, na sua totalidade, não é tão arbitrário, porque uma das duas faces, o significante, doravante (STE) não

* UAA – Universidad Autónoma de Asunción – Republica Del Paraguay.

poderia combinar-se arbitrariamente com a sua segunda face, o significado, doravante (SDO) correspondente em outra língua. Conforme (DUBOIS, 1995, p.37, citando BENVENISTE, 1976, p.141), “o nexos que une a ambos (STE) e (SDO) não é arbitrário: é necessário (...) tanto um quanto outro estão impressos na minha mente, e juntos se evocam em toda circunstância.”

O (STO) é um tipo particular de signo. Analisando-o amiúde, verifica-se que ele difere dos demais signos no que se refere à questão da motivação, pois variáveis culturais influenciam na escolha dos nomes dados aos lugares. Destarte:

“através das camadas onomásticas revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito” (DICK, 1992, p.35).

Assim o signo toponímico é categorizado como um signo lingüístico, dessa forma estará localizado no universo lexical da língua. Comportando-se assim, conserva testemunhos insubstituíveis sobre a organização social do grupo e sua relação com o mundo.

Conforme (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.7) “a etimologia é a história das palavras, e, como as palavras representam coisas, é com frequência a história das coisas, e portanto da civilização.” Assim o léxico reflete a história do homem, no espaço que ele ocupa a ponto de um lugar jamais desaparecer de todo, enquanto subsistir o nome ainda que só imaginariamente – existe, permanece ainda, por incorruptível, como o esplendor do que foi, podendo, mesmo transmigrada, mesmo esquecida, ser reintegrada em sua original clareza. Embora o (STO) esteja inserido no léxico, ele apresenta algumas especificidades, às quais devem ser consideradas.

Conforme (ULLMANN, 1973, p.155, apud ISQUERDO, 1996, p.86), “primeiramente, sua função específica é ‘identificar’ e não ‘significar’”. Além de identificar lugares, a análise de sua estrutura pode fornecer elementos da história política, econômica e sócio-cultural de uma região. Os nomes próprios são considerados por Dick (1990) como uma classe fechada; os topônimos via de regra, nesta concepção, também deveriam ser, muito embora ultrapassem o nível de identificação. Os semanticistas geralmente dizem que: embora os nomes próprios não tenham significado isoladamente, “conotarão” muito, se se aplicarem num contexto específico a uma pessoa ou lugar particulares.

Em segundo lugar, conforme atesta (ISQUERDO, 1996, p. 86) “é preciso atentar para o fato de que toda nomeação é estimulada – ou até mesmo condicionada – por fatores inerentes à realidade circundante do denominador.”

Nessa concepção, os argumentos de Isquerdo (1996) são reforçados pelo pensamento de Dick (1992), uma vez que:

“através das diversidades geográficas regionais, que condicionaram um determinado tipo de atividades materiais, em função de um momento histórico preciso, chega-se ao estabelecimento da correspondência entre o “nome” do lugar e a condição sociológica determinativa. Percebe-se, assim, claramente, a passagem de um designativo comum de língua à categoria de topônimo, fruto de um mecanismo espontâneo de nomeação, embora motivado externamente pelas conjunções do meio. Mais ainda, as áreas culturais podem sugerir a formação de áreas toponímicas. Em virtude de maior concentração de nomes de uma mesma camada significativa, em sua região.” (grifo nosso), (DICK, 1992, p.44).

Assim, o postulado saussuriano da arbitrariedade do signo lingüístico, pode e deve ser repensado, pois o próprio Saussure reconhece a possibilidade de graus de motivação ao admitir a dicotomia “arbitrário/absoluto e arbitrário/relativo”.

“O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado.” (SAUSSURE, 1969, p.152).

Para (PIERRE GUIRAUD apud CARVALHO, 1998, p.12) propõe a existência de dois tipos de motivação: interna e externa. Conforme (SAUSSURE, 1968, p.42) “a motivação interna ocorre dentro do próprio sistema lingüístico, a partir das possibilidades de relacionamento existentes entre as palavras ou entre as unidades da *langue*.” Entendemos, portanto, tratar-se das relações interna (sintagmáticas e paradigmáticas) do sistema, responsáveis pelo funcionamento desse mesmo sistema.

Com relação à motivação externa, esclarece Guiraud que ela repousa sobre uma relação entre a coisa significada e a forma significante, fora do sistema lingüístico. Isso faz crer que a motivação externa é mais limitada uma vez que se realiza de fora para dentro do sistema lingüístico.

O próprio Guiraud considera, no entanto, que o signo em sua origem nasce motivado para se desmotivar posteriormente, a partir do momento em que ele se socializa através do uso.

Argumenta (GUIRAUD, 1972, p.29 apud CARVALHO, 1998, p.45):

“toda palavra é sempre motivada em sua origem e ela conserva tal motivação, por maior ou menor tempo, segundo os casos, até o momento em que acaba por cair no arbitrário, quando a motivação deixa de ser percebida.”

Assim a motivação constitui um dos caracteres fundamentais do signo lingüístico. Portanto a tese de Guiraud sustenta a possibilidade de o (STO) estar relacionado a fatores extralingüísticos. Esse princípio teórico dá subsídio à análise dos topoi, um vez que os topônimos podem apresentar certos graus de motivação na sua formação.

A tese do semanticista italiano Alinei considera todo signo lingüístico motivado no momento de sua origem. Dessa forma há a defesa de uma dupla estrutura do significado: a genética (motivada) e a funcional (arbitrária). Conforme argumenta (ISQUERDO, 1996, p.88):

“Isto porque, segundo ele, na sua origem, todo signo lingüístico é motivado um vez que o denominador no ato da designação de um novo referente, na maioria das vezes, busca no próprio sistema elementos para subsidiar a criação de um novo de um novo item lexical. Todavia, depois de criada a palavra, esta perde sua funcionalidade, tornando-se assim, gradativamente, arbitrária, ou seja, ela vai perdendo paulatinamente a sua motivação inicial.”

Por conta dessa “cristalização”, há a oposição entre palavras transparentes e palavras opacas. A opacidade das palavras manifesta-se nos planos formal, motivacional e cultural: a primeira ocorre dentro da estrutura do signo; a segunda quando não se reconhece mais a motivação originária e, a última, é impossível estabelecer em que contexto cultural determinadas lexicalizações nasceram.

Alinei (1994) argumenta que:

“o estudo do significado considerando a motivação semântica dos nomes contribui para clarificar o contexto cultural, o fundamento do processo de nomeação. Desta forma, a elucidação da motivação semântica dos nomes representa um caminho mais simples para a interpretação conceitual da realidade.” (ALINEI, apud ISQUERDO, 1996, p.78)

Assim a motivação consiste nos aspectos do significado de um objeto que foram selecionados pelos falantes para fabricar o nome desse objeto. Ao procurar a motivação de um nome, é assim necessário conhecer a intencionalidade do denominador, acionando em seu agir

por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico, cujo particular significado tinham seus componentes no momento em que foram tomados para designar um novo referente.

Pode-se afirmar que o duplo aspecto da motivação transparece em dois momentos: na intencionalidade que anima o denominador e na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedência as mais diversas. Essas duas modalidades de análise do fenômeno motivador dos topônimos configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia e influenciam na formalização das taxionomias.

Assim as posições teóricas de Guiraud e Alinei, cada um com suas especificidades, fundamentam o estudo da motivação da origem do signo lingüístico e permitem repensar a questão da motivação no processo de construção do significado.

A variedade de nuances significativas, que dão forma ao nome do lugar, e as informações diversificadas delas extraídas, acabariam por tornar a toponímia como um repositório de fatos culturais de amplitude considerável. Pode-se crer, portanto, que o signo toponímico seja como um testemunho das realidades vividas pelo homem na construção de sua história.

A compreensão da existência de um vínculo estreito entre o objeto denominado e o seu denominador é que remeterá a toponímia taxionômica aos estudo das motivações na nomenclatura geográfica. Assim conforme postula (LILLO, 1996 p.25), “os fatores ambientais, em sua dicotomia física e antropocultural constituem o cenário propício ao jogo de interesses humanos, em que as percepções sensoriais e as manifestações psíquicas brotam como fonte geradoras de nomes.”

Tendo como base as postulações arroladas acima, entende-se que o mecanismo de nomeação é causado por influências externas ou subjetivas que transparece em topônimos das mais diversas origens e procedências. Isso constitui a tessitura toponomástica de um lugar exigindo, dessa maneira, a formulação de uma terminologia técnica que permita a classificação onomástica dos fatos toponímicos. Para tanto se faz mister uma classificação que assegure uma verificação e uma análise o suficiente clara e lógica para que se possa explicar e justificar determinadas taxes.

Referências

- CARVALHO, Castelar de. (1998) *Para compreender Saussure*. 8 ed. Editora Vozes, Petrópolis.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. (1992.) *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3 ed. São Paulo, FFLCH/USP.
- DUBOIS, Jean et alii. (2001) *Dicionário de Lingüística*. 8 ed, Editora Cultrix, São Paulo.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. (1996) *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. Tese de Doutorado, UNESP, Araraquara.
- LILLO, Mário Bernaldes. (1996). *Lengua Y Cultura A Través De La Toponímia*. In: Actas Del X Congreso Internacional De La Asociación de Lingüística Y Filología De la América Latina. Veracruz, México.
- LOPES, Edward. (1977) *Fundamentos da Lingüística contemporânea*. Editora Cultrix, São Paulo.
- SALAZAR-QUIJADA, Adolfo (1985). *La Toponímia en Venezuela*. Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Caracas.
- SAUSSURE, Ferdinand. (1967) *Curso de Lingüística General*. Editorial Losada, Buenos Aires.